

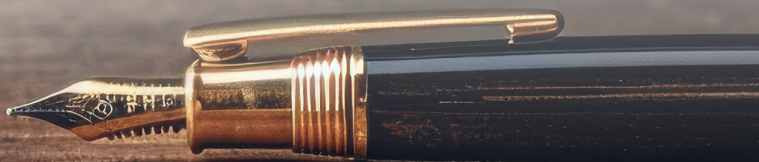
20
25

TERCEIRA EDIÇÃO

ELISSON
PEREIRA DA
COSTA

PRÁTICA EM DIREITO ADMINISTRATIVO

EDITORA
FOCO



Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos e conhecer um pouco mais do nosso trabalho e o de nossos autores.

É bom frisar que tal parte não representa a totalidade da obra ou da disciplina. É apenas uma amostra!

A obra, em sua totalidade, poderá ser adquirida no site da **Editora Foco**:

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C837p Costa, Elisson Pereira da
Prática em direito administrativo / Elisson Pereira da Costa. - 3. ed. -
Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2025.
384 p. ; 16cm x 23cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-6120-291-6
1. Direito. 2. Direito administrativo. I. Título.

2025-765

CDD 342 CDU 342

Elaborado por Odílio Hilário Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito administrativo 342
2. Direito administrativo 342

TERCEIRA EDIÇÃO

ELISSON
PEREIRA DA
COSTA

PRÁTICA EM DIREITO ADMINISTRATIVO

2025 © Editora Foco
Autor: Elisson Pereira da Costa
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Coordenadora Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Revisora Júnior: Adriana Souza Lima
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (3.2025) – Data de Fechamento (3.2025)

2025

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol
CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

À Deus, porque dele por ele e para ele são todas as coisas.

Aos meus pais pelo constante incentivo, e a Michelle,
querida e doce companheira, amor da minha vida.

Às minhas filhas Raquel e Helena, papai ama vocês infinito:
vocês são fortes, corajosas e vencedoras!

SOBRE O AUTOR

ELISSON PEREIRA DA COSTA

Mestre em Direito pela Universidade Católica de Santos e Especialista em Direito Empresarial pela FGV. Professor de Direito Administrativo em cursos de graduação, pós-graduação, preparatórios para Exame da OAB e concursos públicos. Foi membro da Comissão de Direito da Energia da OAB/SP. Advogado concursado de empresa estatal federal.

NOTA DO AUTOR

O presente livro, embora não seja uma obra de doutrina, faz uma abordagem conceitual dos assuntos e de alguns pontos polêmicos existentes em cada tema.

Como se trata de um livro de prática em Direito Administrativo, voltado principalmente para alunos de graduação, tive especial atenção com os temas atinentes ao edital do Exame da OAB que são abordados de forma concisa e sistematizada, por meio de esquemas, em linguagem clara, direta e atualizada conforme as tendências jurisprudenciais do STF, STJ e TCU.

Lembro que a preparação de peças práticas seja para a graduação ou exame da OAB exige muito treino e perseverança.

Por fim, coloco-me à disposição para ajudá-los(as).,

Sucesso, bons estudos e “tamo junto”!!!

Facebook: [elissonpereiradacosta](#)

Instagram: [prof_elissoncosta](#)

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	VII
NOTA DO AUTOR	IX

PARTE 1 DIREITO MATERIAL

1. CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	3
1.1 Conceito de Direito Administrativo.....	3
1.1.1 Função Administrativa e interesse público.....	4
1.1.2 Relação do Direito Administrativo com outros ramos do Direito.	4
1.1.3 Fontes do Direito Administrativo	5
1.1.4 Interpretação do Direito Administrativo.....	5
1.1.5 Evolução histórica	5
1.1.6 Regime Jurídico Administrativo	6
1.1.6.1 Regime Jurídico da Administração.....	6
1.1.6.2 Regime Jurídico Administrativo	7
2. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	9
2.1 Conceito	9
2.1.1 Supraprincípios	9
2.1.1.1 Supremacia do interesse público	10
2.1.1.2 Indisponibilidade do interesse público	10
2.1.2 Princípios constitucionais	10
2.1.3 Outros princípios	15
2.1.4 LINDB	19

3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS PÚBLICOS	23
3.1 Introdução	23
3.1.1 Órgãos Públicos	23
3.1.1.1 Características dos órgãos públicos	24
3.1.1.2 Classificação	24
3.1.2 As formas de prestação da atividade administrativa	25
3.1.2.1 Administração Pública direta ou centralizada	26
3.1.2.2 Administração Pública indireta ou descentralizada	26
3.1.2.3 Entidades paraestatais ou do terceiro setor	32
4. PODERES ADMINISTRATIVOS	37
4.1 Conceito	37
4.1.1 Deveres administrativos	38
4.1.2 Poder normativo ou regulamentar	38
4.1.2.1 Decretos de execução	39
4.1.2.2 Decretos autônomos	39
4.1.2.3 Regulamentos autorizados	40
4.1.3 Poder hierárquico	40
4.1.4 Poder disciplinar	41
4.1.5 Poder de polícia	42
4.1.6 Poder vinculado e poder discricionário	43
5. ATO ADMINISTRATIVO	45
5.1 Conceito	45
5.1.1 Atributos do ato administrativo	45
5.1.2 Elementos do ato administrativo	47
5.1.3 Teoria dos motivos determinantes	48
5.1.4 Espécies de atos administrativos	48
5.1.5 Classificação	49
5.1.6 Vícios do ato administrativo e convalidação	52
5.1.7 Extinção dos atos administrativos	53
5.1.8 O silêncio no Direito Administrativo	54

6. BENS PÚBLICOS.....	57
6.1 Conceito	57
6.1.1 Classificação	57
6.1.1.1 Quanto à titularidade.....	57
6.1.1.2 Quanto à sua destinação	58
6.1.2 Características	59
6.1.3 Uso dos bens públicos	59
6.1.4 Alienação dos bens públicos.....	60
7. RESPONSABILIDADE DO ESTADO	63
7.1 Conceito.....	63
7.1.1 Teorias	64
7.1.1.1 Teoria da Irresponsabilidade	64
7.1.1.2 Teorias Civilistas.....	65
7.1.1.3 Teorias Publicistas.....	65
7.1.2 Pessoas Jurídicas Responsáveis	67
7.1.3 O agente público e a ação de regresso	68
7.1.4 O dano	68
7.1.5 Excludentes da Responsabilidade	69
7.1.5.1 Caso fortuito ou força maior	69
7.1.5.2 Culpa exclusiva da vítima.....	69
7.1.5.3 Culpa exclusiva de terceiros.....	70
7.1.6 Pontos Polêmicos	70
7.1.6.1 Responsabilização das concessionárias em face dos ter- ceiros não usuários do serviço público	70
7.1.6.2 Responsabilidade de Registradores e Cartórios.....	71
7.1.6.3 Ação direta contra o agente público e ação indenizatória	71
7.1.6.4 A responsabilização por dano nuclear	72
7.1.6.5 Discussões doutrinárias e jurisprudenciais sobre a res- ponsabilização do Estado	73
7.1.6.6 A responsabilidade por atos de multidões.....	75
7.1.6.7 A responsabilização por atos judiciais	75

7.1.6.8	Atos legislativos	76
7.1.6.9	A independência das instâncias: civil, penal e administrativa.....	76
7.1.7	Prescrição das ações contra o Estado	77
8.	LICITAÇÃO	79
8.1	Conceito.....	79
8.1.1	Princípios	79
8.1.1.1	Legalidade	80
8.1.1.2	Impessoalidade	80
8.1.1.3	Moralidade	80
8.1.1.4	Igualdade	80
8.1.1.5	Publicidade.....	80
8.1.1.6	Probidade administrativa.....	80
8.1.1.7	Vinculação ao edital	80
8.1.1.8	Julgamento objetivo	81
8.1.1.9	Promoção nacional do desenvolvimento sustentável.....	81
8.1.1.10	Planejamento	81
8.1.1.11	Segregação de funções	81
8.1.1.12	LINDB	81
8.1.2	Fases.....	82
8.1.2.1	Fase preparatória	83
8.1.2.2	Edital.....	83
8.1.2.3	Apresentação de propostas	84
8.1.2.4	Julgamento das propostas	84
8.1.2.5	Habilitação	84
8.1.2.6	Homologação.....	85
8.1.3	Modalidades de licitação	85
8.1.4	Critérios de julgamento de julgamento.....	87
8.1.5	Dispensa e inexigibilidade	87
8.1.5.1	Dispensa de licitação	88

8.1.5.2	Inexigibilidade.....	88
8.1.6	Encerramento da licitação	89
8.1.7	Procedimentos auxiliares	89
8.1.8	Sanções administrativas	90
8.1.9	Controle das contratações.....	90
8.1.10	Portal nacional de Contratações Públicas (PNCP).....	90
8.1.11	O regime de licitação das empresas estatais	91
8.1.12	Pontos Polêmicos	92
8.1.12.1	OAB e Licitação.....	92
8.1.12.2	Microempresas e licitação.....	93
8.1.12.3	Serviços Advocatícios e licitação.....	93
8.1.12.4	A emergência fabricada ou criada	93
8.1.12.5	Efeito Carona	93
8.1.12.6	Licitação e Previsão de Recursos Orçamentários	94
9.	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	95
9.1	Conceito.....	95
9.1.1	Características	96
9.1.1.1	Presença da Administração Pública no ajuste como Poder Público.....	96
9.1.1.2	Finalidade Pública.....	96
9.1.1.3	Obediência à forma prescrita em lei.....	96
9.1.1.4	Mutabilidade.....	97
9.1.2	Cláusulas necessárias.....	97
9.1.3	Principais cláusulas exorbitantes	98
9.1.3.1	Exigência de garantia.....	98
9.1.3.2	Alteração Unilateral	98
9.1.3.3	Extinção Unilateral	99
9.1.3.4	Fiscalização	99
9.1.3.5	Aplicação de Penalidades.....	100
9.1.4	Mutabilidade do contrato.....	100
9.1.4.1	Álea Administrativa.....	100

9.1.4.2	Álea Econômica.....	101
9.1.5	Reajuste e repactuação.....	102
9.1.6	Da alocação de riscos.....	102
9.1.7	Duração e categoria dos contratos.....	103
9.1.8	Nulidade dos contratos.....	103
9.1.9	Pontos Polêmicos	104
9.1.9.1	Responsabilidade subsidiária da Administração Pública	104
9.1.9.2	Elevação de encargos trabalhistas e equilíbrio contratual	105
10.	SERVIÇOS PÚBLICOS	107
10.1	Conceito.....	107
10.1.1	Princípios	107
10.1.2	Classificação.....	108
10.1.3	Formas de prestação de serviços	108
10.1.4	Meios de prestação.....	109
10.1.5	Convênios	110
10.1.6	Consórcios	110
10.1.7	Pontos Polêmicos	111
10.1.7.1	O direito de greve e os Serviços Públicos	111
10.1.7.2	Registradores e Cartórios	111
10.1.7.3	Iluminação Pública	112
10.1.7.4	Taxa do lixo	113
10.1.7.5	Serviços Públicos e o Código de Defesa do Consumidor.	113
11.	CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	115
11.1	Conceito.....	115
11.1.1	Concessão e Permissão	116
11.1.2	Características da Concessão.....	116
11.1.2.1	Obrigatoriedade de licitação.....	116
11.1.2.2	Tarifa	117
11.1.2.3	Responsabilidade objetiva do concessionário	118
11.1.2.4	Prestação de um serviço público adequado.....	118

11.1.3	Encargos do Poder Concedente	119
11.1.4	Encargos da Concessionária	119
11.1.5	Intervenção na concessão	120
11.1.6	Extinção da concessão	120
11.1.6.1	Advento do termo contratual	121
11.1.6.2	Reversão	121
11.1.6.3	Encampação ou resgate	122
11.1.6.4	Caducidade ou decadência	122
11.1.6.5	Rescisão	123
11.1.6.6	Anulação	123
11.1.6.7	Falência ou extinção da pessoa jurídica	123
11.1.7	Pontos Polêmicos	123
11.1.7.1	Diferenciação das tarifas	123
11.1.7.2	Idoso	123
11.1.7.3	Pedágio e vias alternativas	124
11.1.7.4	Concessão Florestal	124
11.1.7.5	Subconcessão e transferência da concessão	124
11.1.7.6	Arbitragem e concessões	125
11.1.7.7	Tarifa mínima	125
12.	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS.....	127
12.1	Conceito	127
12.1.1	Modalidades	128
12.1.1.1	Concessão patrocinada.....	128
12.1.1.2	Concessão administrativa	128
12.1.2	Características	129
12.1.3	Vedações.....	129
12.1.4	Contratos.....	130
12.1.5	Contraprestação e Garantias.....	130
12.1.6	Sociedade de propósito específico	131
12.1.7	Licitação	131
12.1.8	Normas aplicáveis À União.....	132

13. AGENTES PÚBLICOS	133
13.1 Conceito	133
13.1.1 Classificação	133
13.1.2 Acumulação de cargos, empregos, funções públicas e teto remuneratório	135
13.1.3 Acessibilidade a cargos, funções e empregos públicos	137
13.1.4 Concursos públicos e contratações excepcionais	137
13.1.5 Exercícios de mandato eletivo	138
13.1.6 Posse, exercício e estágio probatório	138
13.1.7 Provimentos de cargos.....	139
13.1.8 Remoção e redistribuição	140
13.1.9 Vacância e Aposentadoria.....	141
13.1.10 Direitos, vantagens e Greve dos Servidores.....	142
13.1.11 Regime disciplinar	143
13.1.12 Pontos Polêmicos	145
13.1.12.1 Direitos subjetivos dos concursandos	145
13.1.12.2 Exames psicotécnicos	145
13.1.12.3 Apreciação de questões do concurso pelo Judiciário	145
13.1.12.4 Agentes Públicos e Nepotismo.....	146
13.1.12.5 A EC/19 e o Regime Jurídico único	147
14. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	149
14.1 Conceito.....	149
14.1.1 Sujeitos da improbidade administrativa	150
14.1.2 Classificação dos atos de improbidade administrativa	151
14.1.3 Sanções	156
14.1.4 Do procedimento administrativo e judicial.....	157
14.1.5 Pontos Polêmicos	158
14.1.5.1 Improbidade e Prescrição	158
14.1.6 Improbidade e a lei Anticorrupção.....	159

15. PROCESSO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL (LEI N. 9.784/99).....	161
15.1 Objetivo e alcance da Lei n. 9.784/99.....	161
15.1.1 Princípios	161
15.1.2 Do Processo administrativo.....	161
15.1.2.1 Da competência.....	162
15.1.2.2 Forma, tempo e lugar dos atos do processo.....	162
15.1.2.3 Da instrução.....	163
15.1.3 Da motivação.....	164
15.1.4 Da anulação, revogação e convalidação	164
15.1.5 Do recurso administrativo e da revisão	164
15.1.6 Responsabilidades	165
15.1.7 Pontos Polêmicos	166
15.1.7.1 Presença de advogado em processo administrativo disciplinar.....	166
15.1.7.2 Recurso Administrativo e depósito	166
16. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	169
16.1 Introdução	169
16.1.1 Desapropriação ou expropriação	170
16.1.1.1 Conceito	170
16.1.1.2 A justa indenização	171
16.1.1.3 Espécies	171
16.1.1.4 Fases da desapropriação	172
16.1.1.5 Direito de extensão	174
16.1.1.6 Desvio de finalidade	174
16.1.1.7 Retrocessão	174
16.1.1.8 Desapropriação indireta.....	175
16.1.1.9 Desistência da desapropriação	175
16.1.1.10 Anulação da desapropriação	175
16.1.2 Servidão administrativa	175
16.1.3 Requisição administrativa.....	176

16.1.4	Ocupação temporária ou provisória.....	176
16.1.5	Limitação administrativa	176
16.1.6	Tombamento.....	177
16.1.7	Estatuto da Cidade	178
	16.1.7.1 Introdução.....	178
	16.1.7.2 Instrumentos da política urbana	178
16.1.8	Pontos Polêmicos	181
	16.1.8.1 Desapropriação e fundo de comércio.....	181
	16.1.8.2 Desapropriação e dano moral.....	181
	16.1.8.3 Competência para desapropriar	182
17.	CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E INTERVENÇÃO NO DO- MÍNIO ECONÔMICO	183
17.1	Conceito de controle	183
17.1.1	Controle administrativo.....	183
17.1.2	Controle legislativo ou parlamentar	184
	17.1.2.1 Controle Político	185
	17.1.2.2 Controle Orçamentário: O papel do Tribunal de Contas	185
17.1.3	Controle jurisdicional	187
17.1.4	Intervenção do Estado no Domínio Econômico	189
	17.1.4.1 Conceito	189
	17.1.4.2 Modalidades.....	190
	17.1.4.3 Monopólio.....	190
	17.1.4.4 Repressão ao abuso do poder econômico.....	190
	17.1.4.5 Controle de Abastecimento	192
	17.1.4.6 Tabelamento de preços	192
	17.1.4.7 Criação de Estatais	192
17.1.5	Pontos Polêmicos	192
	17.1.5.1 Concurso Público e Controle Judicial.....	192
	17.1.5.2 Tribunal de contas e a Súmula Vinculante 3	193
	17.1.5.3 Tribunal de Contas e Sigilo Bancário	194
	17.1.5.4 Tribunal de Contas e Controle de Constitucionalidade....	194

PARTE 2

DIREITO PROCESSUAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	197
1. CONDIÇÕES E ELEMENTOS DA AÇÃO.....	199
1.1 Natureza Jurídica	199
1.1.1 Condições e Elementos da Ação	199
2. COMPETÊNCIA.....	201
2.1 Considerações Iniciais.....	201
3. PETIÇÃO INICIAL E RESPOSTA DO RÉU	203
3.1 Conceito e Requisitos da Petição Inicial.....	203
3.1.1 Tutela Provisória	204
3.1.1.1 Como pedir a Tutela Provisória de Urgência Antecipada?	205
3.1.2 Da Resposta do Réu.....	205
3.1.3 Contestação.....	206
3.1.4 Exceções	207
3.1.5 Reconvenção	208
4. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	209
4.1 Conceito	209
4.1.1 Atos Sujeitos ao Recurso	209
4.1.2 A interposição dos Recursos	210
4.1.3 Pressupostos Extrínsecos	210
4.1.4 Pressupostos Intrínsecos	211

PARTE 3

RESOLVENDO A PEÇA

DICAS.....	215
Dicas Importantes	215

1. PARECER.....	219
1.1 Conteúdo	219
2. MANDADO DE SEGURANÇA.....	223
2.1 Considerações Iniciais.....	223
2.1.1 Base legal (Lei n. 12.016/2009).....	223
2.1.2 Competência.....	224
2.1.3 Partes	226
2.1.4 Pedido e Liminar	226
2.1.5 Modelo.....	227
3. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO.....	233
3.1 Considerações Iniciais.....	233
3.1.1 Base Legal.....	233
3.1.2 Competência.....	234
3.1.3 Endereçamento.....	234
3.1.4 Modelo.....	235
4. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO	241
4.1 Considerações Iniciais.....	241
4.1.1 Base Legal.....	241
4.1.2 Competência.....	242
4.1.3 Partes	242
4.1.4 Pedido e tutela provisória de urgência antecipada	242
4.1.5 Modelo.....	243
5. AÇÃO POPULAR.....	249
5.1 Conteúdo	249
5.1.1 Base Legal (Lei n. 4.717/65).....	249
5.1.2 Competência.....	251
5.1.3 Partes	251
5.1.4 Pedido e liminar	252
5.1.5 Modelo.....	253

6. HABEAS DATA.....	259
6.1 Considerações Iniciais.....	259
6.1.1 Base Legal.....	259
6.1.2 Competência.....	260
6.1.3 Partes	261
6.1.4 Pedido.....	261
6.1.5 Modelo.....	262
7. DESAPROPRIAÇÃO	267
7.1 Considerações Iniciais.....	267
7.1.1 Base Legal.....	267
7.1.2 Competência.....	268
7.1.3 Partes	268
7.1.4 Pedido e Liminar.....	268
7.1.5 Modelo.....	269
8. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA	275
8.1 Considerações Iniciais.....	275
8.1.1 Base Legal.....	276
8.1.2 Competência.....	276
8.1.3 Partes	276
8.1.4 Pedido e Tutela Provisória de Urgência Antecipada	277
8.1.5 Modelo.....	277
9. AÇÃO ANULATÓRIA	283
9.1 Considerações Iniciais.....	283
9.1.1 Base Legal.....	283
9.1.2 Competência.....	283
9.1.3 Partes	284
9.1.4 Pedido e Tutela Provisória de Urgência Antecipada	284
9.1.5 Modelo.....	284

10. OBRIGAÇÃO DE FAZER.....	291
10.1 Considerações Iniciais.....	291
10.1.1 Base Legal.....	291
10.1.2 Competência.....	291
10.1.3 Partes	291
10.1.4 Pedido e Tutela Provisória de Urgência Antecipada	291
10.1.5 Modelo.....	292
11. AÇÃO CIVIL PÚBLICA	299
11.1 Considerações Iniciais.....	299
11.1.1 Base Legal.....	300
11.1.2 Competência.....	301
11.1.3 Partes	301
11.1.4 Pedido e Liminar	301
11.1.5 Modelo	302
12. CONTESTAÇÃO	309
12.1 Considerações Iniciais.....	309
12.1.1 Base Legal.....	309
12.1.2 Competência.....	311
12.1.3 Partes	311
12.1.4 Pedido.....	311
12.1.5 Modelo.....	312
13. APELAÇÃO	317
13.1 Considerações Iniciais.....	317
13.1.1 Base Legal.....	317
13.1.2 Competência.....	318
13.1.3 Partes	318
13.1.4 Pedido	318
13.1.5 Modelo.....	318

14. AGRAVO DE INSTRUMENTO.....	325
14.1 Considerações Iniciais.....	325
14.1.1 Base Legal.....	325
14.1.2 Competência.....	327
14.1.3 Partes	327
14.1.4 Pedido e Tutela Antecipada Recursal	328
14.1.5 Modelo.....	328
15. RECURSO ORDINÁRIO.....	335
15.1 Considerações Iniciais.....	335
15.1.1 Base Legal.....	335
15.1.2 Competência.....	336
15.1.3 Partes	336
15.1.4 Pedido.....	336
15.1.5 Modelo.....	336
16. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	343
16.1 Considerações Iniciais.....	343
16.1.1 Base Legal.....	343
16.1.2 Repercussão Geral, Prequestionamento e Pedido	344
16.1.3 Modelo.....	345
17. RECURSO ESPECIAL	351
17.1 Considerações Iniciais.....	351
17.1.1 Base Legal.....	351
17.1.2 Competência.....	351
17.1.3 Pedido.....	352
17.1.4 Modelo.....	352
REFERÊNCIAS.....	359

SUMÁRIO *ON-LINE*

PARTE 4 QUESTÕES

1. COMO RESPONDER QUESTÕES DISCURSIVAS.....	3
1.1 Exemplificando	3
2. QUESTÕES DISCURSIVAS	5
3. GABARITO	9
4. PEÇAS PROFISSIONAIS.....	13
5. GABARITO	37

PARTE 1
DIREITO MATERIAL

CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

1.1 Conceito de Direito Administrativo

Não existe uma uniformidade quanto aos conceitos adotados pelos autores do Direito Administrativo Brasileiro ao tratarem e definirem o Direito Administrativo.

Celso Antônio Bandeira de Mello, por exemplo, enfatiza a ideia de função administrativa, definindo o Direito Administrativo como um ramo do Direito Público que disciplina a função administrativa, bem como as pessoas e os órgãos que a exercem. Esse é o critério funcional (Bandeira de Mello, 2008, p. 37).

Hely Lopes Meirelles destaca o elemento finalístico, conceituando-o como o conjunto de princípios e normas que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar os fins desejados pelo Estado (Meirelles, 2000, p. 34).

Maria Sylvia Zanella Di Pietro leva em consideração o objeto ao defini-lo como um ramo do Direito Público que tem por objeto os órgãos, agentes e as pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública (Di Pietro, 2010, p. 52).

Por fim, José dos Santos Carvalho Filho dá o enfoque para a relação jurídica administrativa. Diz que o Direito Administrativo é um conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas da Administração Pública (Carvalho Filho, 2008, p. 7).

Adotando o referencial de Celso Antônio Bandeira de Mello, podemos definir o Direito Administrativo como o ramo do Direito Público que dispõe sobre a função administrativa, sendo um conjunto de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado.

A Constituição de 1988 determina que a competência para legislar em Direito Administrativo é concorrente, conforme dispõe o art. 24; todavia, existem matérias que são de competência privativa da União, como, por exemplo, desapropriação, normas gerais de licitação, serviço postal, dentre outras.

PARTE 2
DIREITO PROCESSUAL

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente parte desta obra tem como objetivo apresentar noções gerais acerca de processo civil e sua aplicabilidade no contexto das peças exigidas para o Direito Administrativo.

Com efeito, a abordagem processual civil será pontual, ou seja, relativa aos temas considerados relevantes para a elaboração da peça prático-profissional exigida no Exame da OAB.

Dessa forma, serão analisados, de maneira geral, os seguintes assuntos: condições da ação, competência, petição inicial, resposta do réu, teoria geral dos recursos e dicas para elaboração da peça perfeita. Na próxima parte da obra, cada peça prático-profissional será abordada com as suas especificidades processuais.

CONDIÇÕES E ELEMENTOS DA AÇÃO

1.1 Natureza Jurídica

O Estado Moderno reservou para si o exercício da função jurisdicional, cabendo-lhe solucionar os conflitos e controvérsias surgidos na sociedade. A ação é o direito ao exercício da atividade jurisdicional (ou o poder de exigir esse exercício). Por meio da ação provoca-se a jurisdição, que se exerce através daquele complexo de atos que é o processo (Araújo Cintra; Pellegrini Grinover; Dinamarco, 1994, p. 247).

É um direito ao provimento jurisdicional, independente da natureza deste abstrato, autônomo e instrumental, ligado a uma situação jurídica concreta.

Todavia, embora abstrato, esse direito está submetido a uma série de condições que serão vistas a seguir.

1.1.1 Condições e Elementos da Ação

As condições da ação constituem-se em requisitos que esta deve preencher para que se profira uma decisão de mérito. São elas: interesse de agir e a legitimidade de parte (*ad causam*).

O interesse de agir consiste na necessidade de obtenção de uma providência jurisdicional. Além de necessária, a prestação jurisdicional deve ser adequada. Por exemplo, o mandado de segurança não é a medida adequada para cobrança de um crédito pecuniário do impetrante. O art. 17 do Código de Processo Civil determina que para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

A legitimidade de parte (*ad causam*) significa que o autor deve ser o titular do interesse que se contém na sua pretensão contra o réu. Como dito acima, o art. 17 do Código de Processo Civil determina que para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade. Ademais, o Código de Processo Civil estabelece no art. 18 que ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

A falta de qualquer uma das condições da ação importará na sua carência com a consequente extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil.

PARTE 3

RESOLVENDO A PEÇA

DICAS

DICAS IMPORTANTES

Na elaboração de um parecer, recurso administrativo ou peça judicial sugerimos o seguinte roteiro:

Dica 1

1) Buscar os dispositivos constitucionais pertinentes ao assunto, bem como os princípios aplicáveis ao caso. Não se esquecer de analisar os arts. 37 a 41 da Constituição Federal, que são essenciais.

2) Após a abordagem constitucional, analisar o tema sob a ótica da legislação ordinária.

3) Feita a análise dos aspectos legislativos, abordar a doutrina e a jurisprudência acerca do assunto. P. ex., se o examinador questionar sobre licitação, primeiro fazer a abordagem constitucional, analisando os arts. 22 e 37 da CF, depois a verificação dos dispositivos da Lei n. 14.133/21.

Dica 2

1) Quando a hipótese concreta exigir atuação em favor da Administração, analisar sob a ótica da obediência, por parte do Poder Público, aos princípios da Administração Pública.

2) Se for exigida atuação em face do Poder Público, atentar para a possível ofensa aos princípios cometida pela Administração Pública.

Dica 3

As peças mais comuns em matéria administrativa são: parecer jurídico, recursos administrativos, mandado de segurança, ações de procedimento comum (indenizatória, anulatória, obrigação de fazer, desapropriação indireta etc.), ação de desapropriação, ação civil pública, ação popular, contestação, ação de improbidade, *habeas data* e reclamação constitucional. Porém, isso não exclui todo o sistema recursal brasileiro (apelação, recurso extraordinário, especial, ordinário etc.), bem como eventuais ações de procedimento comum, p. ex., uma ação para declaração de inexistência de relação jurídica.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 18. ed. São Paulo: Método, 2010.
- ARAÚJO CINTRA, Antônio Carlos de; PELLEGRINI GRINOVER, Ada; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. São Paulo: Malheiros, 1994.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade do Estado. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2012.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.
- CRETELLA JR., José. Dicionário de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- FAGUNDES, Miguel Seabra. O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. Curso de Direito Administrativo. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de Direito Ambiental brasileiro. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
- JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13. ed. São Paulo: Dialética, 2009.
- MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo moderno. 14. ed. São Paulo: RT, 2010.
- MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- SANTOS, Moacyr Amaral. Primeiras linhas de direito processual civil. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1994, v. 1 e 3.
- RIVERO, Jean. Direito Administrativo. Trad. Rogério Ehrhardt Soares. Lisboa: Almedina, 1981.

Gostou do conteúdo desta degustação?

Então compartilhe com amigos e amigas!

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco